

BOAS PRÁTICAS



Constrangimento em praça pública

Revista divulga “Muro da Vergonha”, com perfis de autores de *papers* retratados por má conduta, e suscita um debate sobre estigma e autocorreção da ciência

A revista *Cureus*, um periódico de ciências médicas sediada em São Francisco, nos Estados Unidos, adotou uma estratégia inusitada para punir pesquisadores cujos artigos foram alvo de retratação por má conduta científica. Lançou em seu website um “Muro da Vergonha”, com os nomes, afiliações e fotografias de autores de *papers* da publicação invalidados por plágio, fraude na revisão por pares, roubo de dados e manipulação de imagens.

A lista atualmente tem 11 nomes. Sete deles são do Paquistão, mas há exemplos da África do Sul, do Nepal, da Índia e dos Estados Unidos. Há também uma referência ao Hospital Lady Willingdon, da Universidade Médica King Edward, em Lahore, Paquistão, que concentra diversos autores plagiadores. O caso mais grave é o do epidemiologista paquistanês Rahil Barkat, do Hospital Indus, em Karachi, que teve 15 artigos retratados na *Cureus*, incluindo três sobre Covid-19, por roubo de dados, falsa declaração de aprovação de experimentos por um comitê de ética e por cobrar taxas de US\$ 300 para incluir nomes de coautores que não haviam contribuído para os estudos. Outro exemplo foi o de Ahmed Elkhoully, médico residente do Centro Médico Saint Francis, em Trenton, no

estado norte-americano de Nova Jersey, que teve cinco artigos cancelados. Ele burlou o processo de revisão por pares ao indicar a própria mulher para avaliar seus *papers*, sem apontar o parentesco.

A criação do “Muro da Vergonha” causou controvérsia na comunidade científica. Em uma enquete on-line promovida pelo serviço de notícias Retraction Watch, 59% dos 429 respondentes classificaram a iniciativa como uma má ideia. Parte das críticas estava vinculada aos critérios adotados pela *Cureus* para selecionar os pesquisadores. Apenas os autores correspondentes dos artigos são expostos, poupando os demais coautores do vexame público. “O costume de apontar o dedo não acrescenta nada ao processo científico e pode ser altamente prejudicial para os indivíduos. Os editores têm melhores ferramentas do que essa para combater fraudes”, escreveu Sylvain Bernès Flouriot, do Instituto de Física da Benemérita Universidade Autónoma de Puebla, no México, um dos que opinaram na enquete.

David Sanders, especialista em integridade acadêmica da Universidade Purdue, em Indiana, Estados Unidos, disse à revista *Times Higher Education (THE)* que a ênfase conferida pela *Cureus* ao comportamento individual está equivocada. “Uma lista de artigos com evidências de má conduta, com os nomes de todos os autores e suas afiliações, seria algo mais apropriado, na minha opinião”, afirmou. “Se o periódico realmente deseja promover a integridade, deveria melhorar seus protocolos de revisão por pares.”

Também houve quem aplaudisse a iniciativa. “É algo que todos os periódicos deveriam fazer para reduzir o plágio e outras práticas antiéticas, e encorajar a submissão de artigos genuínos”, tuitou o médico Pentapati Siva Santosh Kumar, do Centro de Medicina Comunitária, em Nova Délhi, na Índia. O neurocirurgião John Adler, editor-chefe da *Cureus* e professor da Universidade Stanford, admitiu que a estratégia pode ter repercussão na carreira dos autores. “Em alguns casos, isso pode até ser uma coisa boa. Seria injusto em muitas circunstâncias, mas não em todas”, disse à *THE*.

A vulnerabilidade da *Cureus* a autores mal-intencionados se explica pelo modelo de revisão por pares que ela adota. Os manuscritos são avaliados por especialistas em um curto período de tempo, o que acelera o processo, e a análise crítica do conteúdo continua a ser feita após a publicação. Qualquer pessoa pode opinar sobre trabalhos já divulgados, mas comentários feitos por especialistas no tema do artigo são reconhecidos como mais relevantes. Segundo Adler, a criação da lista foi fruto de meia década de discussões no corpo editorial da revista. “O objetivo nunca foi envergonhar ou punir de forma gratuita, mas reduzir a

quantidade de comportamentos desonestos que nossa equipe enfrenta diariamente.” Ele destaca que mentiras relacionadas a informações científicas sobre saúde podem ter consequências na vida das pessoas, o que justificaria, na sua avaliação, sanções duras.

Identificar erros em artigos científicos, cometidos por má conduta ou de boa-fé, e retratá-los se necessário são pilares do sistema de autocorreção da ciência. Em um mundo ideal, pesquisadores que publicam *papers* com dados ou conclusões equivocados deveriam ser os primeiros a admitir os erros e corrigi-los. Mas nem sempre é o que acontece, já que ter um artigo invalidado pode se tornar uma sombra no currículo de estudantes e cientistas. Já houve casos extremos em que o constrangimento gerado por uma retratação resultou em tragédia. Sylvain Bernès Flouriot lembrou o “triste exemplo” do biólogo japonês Yoshiki Sasai, do Centro Riken de Biologia do Desenvolvimento, em Kobe, que se suicidou em 2014, aos 52 anos de idade, após ser acusado de negligência na supervisão de sua aluna de doutorado Haruko Obokata. A estudante protagonizou um escândalo no Japão ao fabricar dados em dois artigos sobre uma técnica de produção de células-tronco, também assinados por Sasai, que foram retratados pela revista *Nature*.

Um dos problemas da exposição de pesquisadores patrocinada pela *Cureus*, mesmo no caso de fraudadores notórios, é que ela pode multiplicar o estigma relacionado à autoria de *papers* cancelados. A psicóloga Marianne Evola, diretora do Escritório de Responsabilidade em Pesquisa da Universidade Texas Tech, nos Estados Unidos, destacou esse efeito colateral nocivo em um texto publicado em 2016 no site da instituição. Segundo ela, à medida que a retratação é vista como ferramenta de punição, pesquisadores ficam mais relutantes em admitir erros, o que é prejudicial para a integridade dos registros científicos. Ela mencionou como orientadores e estudantes devem lidar com esse problema. “Os alunos devem estar dispostos a admitir suas falhas a seus mentores e ter a certeza de que trabalharão em conjunto para corrigir os problemas. Mas se os estudantes sentirem que seus fracassos suscitarão vergonha, humilhação e punição, é mais provável que ocultem o fracasso. Depois de anos orientando estudantes, aprendi que raramente há necessidade de envergonhar ou humilhar um aluno por seus fracassos, mesmo quando envolvem erros evitáveis”, afirmou. Em um editorial publicado em dezembro de 2021, a revista *Nature Human Behaviour* propôs a criação de recompensas para cientistas em início de carreira que revelem seus próprios erros cometidos de boa-fé. “As retratações são uma ferramenta para corrigir a literatura – não um veredicto sobre o caráter moral”, resumiu o editorial. ■

Fabrcio Marques

Assédio e abuso sexual nas universidades da Austrália

Uma pesquisa que entrevistou 44 mil alunos de graduação da Austrália descobriu que 1,1% deles sofreu abuso sexual nos 12 meses anteriores ao levantamento – o índice chega a 5% ao longo da vida universitária. A grande maioria, ou 95% dos agredidos, não fez reclamações formais, em geral por não conhecer canais institucionais de denúncia.

A incidência de assédio sexual foi maior: um em cada seis estudantes relatou episódios de importunação e metade dos casos ocorreu nos 12 meses anteriores à pesquisa, realizada pela Universities Australia (UA), que representa 39 instituições de ensino superior do país.

Dos casos de assédio sexual relatados, 43% ocorreram em áreas gerais dos *campi*, 26% em locais próximos às universidades, como clubes e bares, 25% em acomodações estudantis, entre outros. Estudantes do sexo feminino, transgêneros e não binários sofreram mais abusos e importunações que os do sexo masculino.

Da mesma forma, alunos homossexuais e bissexuais estavam sobrerrepresentados entre os agredidos. De acordo com o relatório, mais de 85% dos agressores eram do sexo masculino e 5% funcionários das universidades.

A Universidade Nacional Australiana (ANU), instituição pública sediada em Canberra, foi um dos destaques negativos da pesquisa, com 26,1% de seus alunos relatando episódios de assédio e 12,3% de agressão sexual ao longo da vida acadêmica, índices bem superiores à média nacional. Em um comunicado, o vice-reitor da ANU, Brian Schmidt, afirmou que, apesar do número elevado de estudantes que sofreram assédio e abuso, a instituição foi a que teve a maior porcentagem de alunos que sabia onde reclamar e como buscar apoio, o que ele atribui ao trabalho realizado nos últimos anos para combater o problema.

Desde 2005, a universidade fornece, por meio de seu Centro de Crise de Estupro, módulos de treinamento para

prevenção de agressões sexuais para os alunos que moram em alojamentos estudantis. Segundo Schmidt, dentro de dois anos todos os 20,9 mil alunos da universidade receberão treinamento obrigatório sobre o significado de consentimento em uma relação sexual. “Os resultados da pesquisa são difíceis para nossa comunidade e meus pensamentos estão com as vítimas-sobreviventes, seus familiares e os profissionais que trabalham tão duro para apoiá-los”, disse o vice-reitor, segundo o serviço público de notícias da Australian Broadcasting Corporation.

Para o presidente da UA, John De-war, os resultados são “angustiantes e decepcionantes”, pois estão em patamar semelhante ao de um levantamento feito cinco anos atrás. “Devemos continuar trabalhando duro para prevenir o assédio sexual e a agressão sexual, e eliminar as atitudes destrutivas que fomentam esses crimes dentro de nossas universidades”, disse à revista *Times Higher Education*.

Cerco à liberdade acadêmica

O governador da Flórida, Ron DeSantis, do Partido Republicano, apresentou um projeto de lei para tornar mais difícil a obtenção do estatuto de estabilidade no emprego por professores das 12 universidades públicas do estado norte-americano. Após um determinado tempo de trabalho e sob certas condições contratuais, docentes conquistam o direito de ocupar seu cargo de forma permanente – esse estatuto é atribuído por instituições de ensino superior dos Estados Unidos desde a década de 1940 para proteger os professores de ingerência política e garantir liberdade de ensino e pesquisa.

O projeto de lei confere ao Conselho de Governadores do sistema público de universidades da Flórida autoridade para reexaminar, a cada cinco anos, a concessão de estabilidade a professores titulares, com base em métricas como metas atingidas, produtividade e avaliações. Dos 17 membros do Conselho de Governadores, 14 são indicados pelo chefe do Executivo estadual e confirmados pelo Parlamento.

A matemática Irene Mulvey, presidente da Associação Americana de Professores Universitários, disse à revista eletrônica *The Scientist* que a revisão de cinco anos inclui a possibilidade de demissão e classifica o projeto como “um claro ataque à liberdade acadêmica”.

Ao apresentar a lei, DeSantis criticou o que chamou de “empregos vitalícios” para docentes das universidades do estado. “O objetivo é tornar essas instituições mais alinhadas com as prioridades da Flórida, que são as prioridades dos nossos pais de família”, afirmou. O deputado Chris Sprowls, que preside a Câmara dos Representantes da Flórida, disse que a legislação é uma maneira de combater a “doutrinação” e impedir que os professores levem adiante sua “agenda radical”.